

## **Apresentação – Revista de Direito Constitucional Econômico 2020.1**

É com grande entusiasmo que apresentamos a edição 2020.1 da *Revista de Direito Constitucional Econômico*. Este número reflete a diversidade e profundidade das reflexões jurídicas desenvolvidas no âmbito do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA, reafirmando nosso compromisso com a produção científica de excelência. Os artigos abordam temáticas contemporâneas de grande relevância, contribuindo para a ampliação do debate jurídico nacional e internacional.

**Caroline Bittencourt da Silveira e Robervani Pierin do Prado**, em artigo intitulado "Sistema carcerário brasileiro e violação dos direitos humanos: os contrastes entre a norma e a realidade", realizam uma reflexão crítica acerca do sistema carcerário brasileiro frente às diversas violações de direitos humanos diante das práticas adotadas pelo Brasil ao longo dos anos.

**Paulo Rodrigo de Lima**, em artigo intitulado "Controle de convencionalidade e autorização de residência no Brasil para crianças migrantes desacompanhadas ou separadas: Lei de Migração e normas infralegais pertinentes, à luz do Sistema Universal e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos", analisa as normas de autorização de residência para crianças migrantes desacompanhadas ou separadas, sob a ótica do controle de convencionalidade.

**José Carlos Batista da Silva**, em artigo intitulado "*Proibição do retrocesso e reversão de cotas de pensão por morte: análise da inconstitucionalidade da supressão do instituto*", discute a inconstitucionalidade da supressão da reversão de cotas de pensão por morte, com base no princípio da proibição do retrocesso social e na teoria do núcleo essencial protegido.

**Tiago Braga Gama**, em artigo intitulado "*Análise do Recurso Extraordinário n. 684.612 à luz da reserva do possível x direitos fundamentais*", propõe uma análise da tensão entre a reserva do possível e os direitos fundamentais, a partir do estudo de caso do Recurso Extraordinário n. 684.612.

**Murilo Borges**, em artigo intitulado "Mar aberto, jurisdições entrelaçadas: pluralidade, harmonização e humanização do Direito do Mar", investiga a necessária harmonização das normas marítimas para assegurar a proteção de direitos fundamentais e interesses marítimos, promovendo uma abordagem mais humana e integrada do Direito do Mar.

Concluímos esta edição reforçando a relevância do Mestrado em Direito Constitucional Econômico como espaço de inovação acadêmica e reflexões críticas que contribuem para a evolução do pensamento jurídico. Desejamos que os artigos apresentados inspirem debates construtivos e promovam o avanço da ciência jurídica no Brasil e no mundo.

Boa leitura.

**André de Carvalho Ramos**

Coordenador do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da UNIALFA (Alfa)

Educação)  
Editor da Revista de Direito Econômico

**Marina Faraco**

Coordenadora Adjunta do Mestrado em Direito Constitucional Econômico da  
UNIALFA (Alfa Educação)

Editora da Revista de Direito Constitucional Econômico